



A crítica de McDowell à concepção dennettiana da percepção: será que ver é julgar?¹

McDowell's critique of Dennett's view of perception: is seeing 'judging'?

Sofia Miguens

Departamento de Filosofia, professora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, e-mail: smiguens@letras.up.pt

Resumo

No coração da filosofia de Dennett ergue-se um caso contra o Teatro Cartesiano como concepção da natureza do mental. No entanto, Dennett não segue até as últimas consequências as suas próprias intuições anticartesianas. Isto é particularmente claro na forma como ele vê a percepção.

¹ Este trabalho insere-se no projeto de investigação *The bounds of judgement* (“Os limites do juízo”) levado a cabo pelo MLAG (Mind, Language and Action Group) no Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e que teve início em 2009 (<http://web2.letras.up.pt/ifilosofia/>). Uma primeira versão do trabalho foi apresentada no Colóquio Internacional C-MLAG III, *The bounds of judgement*. Porto: FLUP, 25-27 mar. 2009.

Neste artigo vou procurar compreender as razões para tal, baseando-me na crítica de McDowell à concepção dennettiana dos juízos de percepção como pressentimentos (*presentiments*) (McDOWELL, 1998). Aquilo que McDowell considera problemático em Dennett não é a proximidade com a ciência cognitiva, mas uma particular ideia de percepção. Para compreender o contraste entre as posições de Dennett e McDowell sobre percepção considerarei com particular cuidado a forma como Dennett vê as fixações subpessoais de conteúdo como “juízos internos” no contexto do seu modelo de consciência (DENNETT, 1978b, 1991), bem como a concepção das relações entre linguagem e apercebimento que subjaz a esta ideia de “juízos internos”. Aquilo que me interessa é sobretudo identificar as razões pelas quais McDowell, que poderia em princípio concordar com Dennett na forma de ver o conteúdo perceptivo como ‘conceptual’, crê que de acordo com a concepção de Dennett, as experiências perceptivas seriam “menos do que encontro com objectos”, o que é insustentável.

Palavras-chave: Percepção. Conteúdo. Juízo interno. Dennett. McDowell.

Abstract

A case against the Cartesian Theater view of the mental is the very core of Dennett's philosophy. Yet the fact is he does not stick to his own anti-cartesian intuitions to the end. That is particularly clear in his view of perceptual experience. In this article I aim at understanding why this is so, based on J. McDowell's critique of Dennett's conception of perceiving as "presentiment" (McDOWELL, 1998). McDowell's problem with Dennett is not the cognitive-science approach but the view of perception associated with it. In order to understand the role of each I will closely look at Dennett's view of sub-personal content fixations as "inner judgements" in the context of his model of consciousness (DENNETT, 1978b, 1991) and at the conception of the relations between language and awareness which underlie this view. I am ultimately interested in spelling out the reasons why McDowell, although he might in principle agree with Dennett's view of perceptual content as conceptual, thinks that according to Dennett's conception, perceptual experiences turn out to be "less than encounter with objects".

Keywords: Perception. Content. Inner judgement. Dennett. McDowell.

Dois exemplos de percepção visual

De acordo com o caso oficial montado por Dennett contra a concepção de mental como Teatro Cartesiano, não existem no mundo natural (e em particular nos nossos cérebros) Intencionadores Centrais (*Central Meaners*, *Central Intenders*), nem Observadores, nem Relatores (*Reporters*) e no entanto existe mente e consciência. Isso parece ser um anticartesianismo radical e decidido. Acontece que as coisas não são assim tão simples no que toca ao anticartesianismo de Dennett e isto é particularmente claro na sua concepção de percepção. É o que vou procurar mostrar neste artigo.

Começo com dois exemplos de percepção visual extraídos de *Consciousness explained*:

- 1) o papel de parede coberto de Marilyn's (DENNETT, 1991, p. 354-355). Alguém entra num quarto cujo papel de parede é um padrão regular de centenas de Marilyn's, no conhecido grafismo de Andy Warhol. Uma vez que não é possível focar a nossa atenção em todas as Marilyn's simultaneamente (i.e. receber toda a estimulação correspondente nos fotorreceptores da fóvea, a região central da retina, e portanto ver claramente todas as Marilyn's como Marilyn's em contraste com manchas inidentificáveis), ver o papel de parede coberto de Marilyn's é, Dennett não se coíbe de dizer, acreditar que a parede está coberta de Marilyn's. Neste caso, acontece que a crença corresponde à forma como as coisas são no mundo;
- 2) o círculo rosa neon (DENNETT, 1991, p. 351-363). Trata-se de uma conhecida ilusão visual, que é, de resto, reproduzida na capa da edição de *Consciousness explained*: parece existir um círculo rosa neon, mas de facto “não existe” um círculo rosa neon; a figura é composta apenas por linhas negras e vermelhas numa mesma grelha. Um circuito cerebral é levado enganosamente (*misled*) a identificar uma região delimitada, um outro circuito fornece uma discriminação de cor para etiquetar essa região. E assim eu vejo o círculo rosa neon. No entanto, não existe uma coisa tal que seja esse círculo que me parece ver. Como, nos termos de Dennett, não existe *perceptual real seem* (“um parecer perceptivo real”), o que está a acontecer é apenas que eu faço o juízo de que existe um círculo rosa. Ver o círculo rosa neon é assim julgar que existe aí um círculo rosa neon. Neste caso não há aí no mundo uma coisa tal. Trata-se de uma ilusão.

Ambos os casos de percepção visual são explicados como juízos no contexto do Modelo dos Esboços Múltiplos: segundo Dennett, e conforme é mostrado por estes exemplos, ver é julgar que as coisas são de uma certa maneira. A primeira coisa que quero fazer neste artigo é procurar compreender como pode fazer sentido afirmar tal coisa à luz do modelo dennettiano de consciência. Será para isso particularmente importante olhar para as relações entre agentes, linguagem e apercebimento. Em seguida, guiada pela crítica de McDowell à forma como Dennett vê a percepção (McDOWELL, 1998), vou procurar compreender o que é que há aqui de errado (se é que há alguma coisa de errado – eu penso que há). Comparar as concepções de percepção visual de McDowell e Dennett parece-me algo de interessante a fazer na medida em que ambos parecem coincidir na defesa de uma mesma tese genérica segundo a qual o conteúdo perceptivo é conceptual. No entanto, de acordo com McDowell, na concepção dennettiana de experiência perceptiva como “presentimento”, a experiência é pensada como sendo “menos” (i.e. ficando aquém) do que encontro com “objetos”, e isto é inaceitável.

Dennett acerca da linguagem e da mente: duas tarefas bastante diferentes

Como é que Dennett chega a conceber a experiência perceptiva como um julgar? A posição defendida por Dennett – a ideia segundo a qual existem coisas como “fixações de conteúdo” que são juízos internos – não pode ser entendida sem considerar o papel que a linguagem tem na sua teoria da consciência. Oficialmente, a linguagem desempenha um papel muito importante no caso contra o Teatro Cartesiano. No entanto, desde os inícios da obra de Dennett, ele leva a cabo, quase em paralelo, duas abordagens bastantes distintas da linguagem. Por um lado, ele procura explicar a diferença que a linguagem (a linguagem natural) faz em certos tipos de mente, e isso é feito por meio de sucessivos modelos da arquitectura cognitiva, que culminam no Modelo dos Esboços Múltiplos (Multiple Drafts Model) de *Consciousness explained*. Por outro lado, ele procura desenvolver uma teoria do lugar da mente na natureza articulada em torno do nosso uso de linguagem mentalista (i.e. a linguagem de crenças, desejos, finalidades), a linguagem que utilizamos para falar do comportamento de agentes.² Ora, essa dupla abordagem traz só por si um problema. O problema é o seguinte:

² Isto é a Teoria dos Sistemas Intencionais, centrada na Estratégia Intencional (DENNETT, 1987).

A estratégia intencional pressupõe [...] a racionalidade e portanto a unidade do agente – o sistema intencional – enquanto que o Modelo dos Esboços Múltiplos se opõe a esta unidade central em toda a linha. Qual é então [...] a forma certa de conceber a mente? Tudo depende de quão longe se está. Quanto mais próximo se estiver, mais a desunidade, multiplicidade e competição sobressaem como importantes (DENNETT, 1991, p. 458).³

Olhemos então mais detalhadamente para os reflexos desta perspectiva dupla. Encontramos na obra de Dennett duas “linhas” de trabalho em curso sobre a linguagem: por um lado temos uma Tarefa 1, a que vou chamar “Linguagem e Cognição”, que diz respeito a mecanismos subpessoais e tipos de acesso na arquitectura cognitiva de agentes; por outro lado temos uma Tarefa 2, a que vou chamar “Lugar da Mente na Natureza”, e que diz respeito ao comportamento de sistemas intencionais globalmente considerados, inclusive o comportamento linguístico, e ao estatuto da linguagem mentalista usada para descrever tal comportamento. A tarefa “Linguagem e Cognição” está no próprio centro da teoria dennettiana da consciência, uma importante parte da qual consiste em dar conta da diferença que a língua natural faz num cérebro humano. Nos termos de J. McDowell (1998), o propósito aqui é explicar o nosso sermos mentais (*our mindedness*) em termos causais (*causal-enabling*), explicação esta que, para McDowell, não se identifica com uma explicação do mental em sentido constitutivo (uma explicação do mental em sentido constitutivo visa não ao que *possibilita causalmente* o mental, mas o que o mental *é*). A tarefa ‘Lugar da Mente na Natureza’ corresponde à Teoria dos Sistemas Intencionais, a teoria dennettiana do conteúdo, teoria que Dennett afirma repetidamente ser mais fundamental do que a sua teoria da consciência. Nela afirma-se explicitamente que a linguagem não é o veículo fundamental da significação, sendo o comportamento global do agente a referência para a significatividade e o mental. “Linguagem e Cognição” e “Lugar da Mente na Natureza” são tarefas bastante diferentes em teoria da mente, e os respectivos resultados não são muito fáceis de coordenar. Quando as duas convergem, o que inevitavelmente acontece quando por exemplo queremos lidar com

³ O fato de as duas partes da teoria da mente de Dennett, o Modelo dos Esboços Múltiplos e a Teoria dos Sistemas Intencionais, não serem facilmente coordenáveis, envolvendo mesmo compromissos distintos quanto àquilo que é fundamental no mundo, foi apontado por várias pessoas (RUDDER BAKER, 1994). Neste artigo pretendo seguir as implicações desse fato para a concepção da linguagem e da percepção.

descrições específicas de experiências, como os dois casos de percepção que apresentei no início deste artigo, a posição anticartesiana de Dennett, supostamente sustentada por ambas, parece enfraquecer de forma bastante inesperada.

Apercebimento como controle e reportabilidade (e nada mais): linguagem e *self*

Como já recordei, o conjunto de teses sobre “Linguagem e Cognição” na sua forma mais desenvolvida é parte constitutiva do Modelo dos Esboços Múltiplos apresentado em *Consciousness explained*. No entanto, os princípios básicos podem ser encontrados já em *Content and consciousness* (1969) e como parte do modelo avançado em *Brainstorms* (1978)⁴ – vou por isso utilizar alguns dos materiais e distinções que aí são propostos. Para compreender a posição de Dennett, ajuda perguntarmos diretamente que diferença faz a linguagem em sistemas que são, em última análise, não linguísticos (os termos são do próprio Dennett e os “sistemas” a que ele se refere somos nós). Ora, Dennett formula de forma claríssima essa diferença: nenhum outro animal está sujeito à ilusão do Teatro Cartesiano,⁵ apenas mentes linguísticas lhe estão sujeitas: criaturas não linguísticas simplesmente não são, segundo Dennett, conscientes. É importante compreender aqui uma coisa: nesse contexto a expressão “Teatro Cartesiano” não epitomiza o mau modelo da consciência (i.e. a ideia de consciência como um centro e como apresentação a um sujeito), que é a ideia central a ser “desmontada” pelo Modelo dos Esboços Múltiplos. Neste contexto, a expressão refere-se antes ao ser da consciência para si própria, que é a marca das mentes humanas. Chamemos-lhe, indo buscar a expressão à filosofia continental, o *pour-soi*: a pretensão de Dennett pode ser formulada dizendo que para uma mente ser um *pour-soi*, ela deve ser a mente de uma criatura linguística. Mentes humanas, em contraste com outros tipos de mentes, “são para si próprias”, são *pour-soi*, e o que Dennett está a dizer é que não poderia ser assim sem linguagem natural nos cérebros humanos. A razão é que apenas a linguagem natural torna possível a centralização e a autorrepresentação num agente cognitivo, e o que Dennett defende é que, a não ser que esta centralização e esta autorrepresentação estejam lá,

⁴ DENNETT, 1978b, p.155, para o fluxograma subpeçoal.

⁵ “I claim that other species simply aren’t beset by the illusion of the Cartesian Theater” (DENNETT, 1998, p. 346).

não pode haver consciência propriamente dita. Isso significa evidentemente que, segundo Dennett, apenas os humanos são conscientes no sentido próprio, sendo que consciência no sentido próprio não deve ser identificada com sensiência, concebida como um “como é ser, para esse ser” (*what it is like to be*), independentemente do tipo de ser. Assim, ao contrário do que por exemplo Block (1998, p. 394) a certa altura lhe atribui, Dennett não está a defender que a posse de consciência depende da linguagem (i.e. depende de qualquer coisa como ‘estar culturalmente disponível para certas criaturas’), mas antes que a linguagem natural é uma condição necessária para um agente ser consciente em sentido próprio. Os seus modelos procuram mostrar exatamente como, de uma perspectiva *causal-enabling*.

É óbvio que Dennett se reserva o direito de utilizar o termo “consciência” (*consciousness*) de forma bastante idiossincrática – mas é verdade também que ele tem uma justificação metodológica a dar: ele considera que substituir um termo da linguagem comum por um termo técnico é uma coisa que devemos estar preparados para fazer em teoria da mente. Apercebimento (*awareness*) é então o seu termo de eleição, o termo ao qual ele pretende dar um sentido técnico. Em *Content and consciousness*, dois sentidos de apercebimento, apercebimento-1 (*awareness-1*) e apercebimento-2 (*awareness-2*) são tomados como substituindo e tornando mais preciso o sentido comum de consciência (*consciousness*).⁶ A abordagem centralista de Dennett⁷ começa com agentes, e com a ideia segundo a qual o apercebimento de qualquer agente é apercebimento comportamental e não apercebimento explícito de alguma coisa determinada no mundo, nem *pour-soi* do agente, i.e. autoapercebimento. Para Dennett, apenas a linguagem, entrando em cena em certos tipos de mentes, tornará possível o carácter explícito do apercebimento de alguma coisa como essa coisa, envolvendo então também de resto nesse apercebimento um *pour-soi* (um apercebimento de si).

De qualquer forma, na terminologia de Dennett, apercebimento-1 (disponibilidade para ser expresso) é aquilo que constitui a marca das mentes humanas – doutro modo, em todos os outros agentes, tudo o que existe é apercebimento-2 (disponibilidade para controle do comportamento do agente). O

⁶ Ele pretende levar a cabo ‘an examination of our concepts of consciousness and awareness with a view not merely of cataloguing confusions and differences in our ordinary terms but also to proposing several artificial reforms in these terms’ (DENNETT, 1969, p. 114).

⁷ Esta foi uma expressão utilizada inicialmente para o que veio depois a ser chamado Teoria dos Sistemas Intencionais.

bem conhecido ponto deflacionário de Dennett em teoria da consciência pode ser formulado dizendo que não existe uma coisa extra tal que seja apercebimento-3 (a que muitas pessoas chamariam “consciência fenomenal”). Noutras palavras, o apercebimento, humano ou não humano, deve ser compreendido em termos de controle comportamental e de reportabilidade, e nada mais. Encontramos aqui, então, uma definição de consciência no sentido próprio estritamente ligada à linguagem: a consciência no sentido próprio só entra em cena quando aquilo que está a ser usado, ou está disponível para ser usado, no controle do comportamento, é exprimível pelo agente, e isto só acontece no caso dos humanos. É preciso aqui fazer um reparo: ainda está lá, nas concepções iniciais de *Content and consciousness*, uma assim chamada *awareness line*, uma linha do apercebimento, sendo proposto que cruzar essa linha faz com que o agente possa ser consciente de algum conteúdo específico. Isso é importante porque é precisamente contra essa ideia que o Modelo dos Esboços Múltiplos será avançado. Um mote para o Modelo poderia ser: não existe qualquer linha do apercebimento a ser cruzada. Voltarei a isto mais tarde.

De qualquer forma, embora Dennett admita a existência de apercebimento distinto do apercebimento-1 noutros tipos de agentes, é claro que ele defende, desde *Content and consciousness*, que a linguagem é a chave para a especificidade do apercebimento de tipo humano. Mas isso é algo que Dennett defende relativamente aos humanos considerados em âmbito global, pessoal, o nível em que nós temos “transações pessoais” com conteúdos. Supostamente essas transações pessoais com conteúdos são uma seleção daquilo que se passa em âmbito subpessoal.⁸ Ora, uma “história completa” acerca de um agente cognitivo tem que ser uma história que reúna os níveis pessoal e subpessoal, e que tenha além do mais algo a dizer no nível subpessoal, acerca do que possibilita a existência de um âmbito pessoal num agente. Essa questão é tratada de um ponto de vista cognitivo⁹ como parte dos modelos dennettianos de consciência já desde o modelo de *Brainstorms*.¹⁰ Aí Dennett diz claramente: ter uma vida interior é uma questão de organização funcional – é como alguma

⁸ A sua posição aqui não é de todo única na filosofia da mente e da linguagem: os filósofos D. Davidson e J. McDowell também defendem que outras criaturas não estão perante o mundo numa posição comparável à de criaturas humanas linguísticas. Davidson formula a sua posição em termos de saber que criaturas são racionais (caracóis e bebês não o são); McDowell, nos termos de uma comparação das experiências interna e externa de criaturas linguísticas e de criaturas não linguísticas. Todos desenham fronteiras semelhantes.

⁹ DENNETT, 1978b; DENNETT, 1991, Ch. 13, *The reality of selves*.

¹⁰ DENNETT, 1978b, *Towards a Cognitive Theory of Consciousness*.

coisa ser esta organização funcional; e de facto não há outra forma de, para algum ser, “ser como alguma coisa ser” a não ser por meio de uma organização funcional (DENNETT, 1978b, p. 164-165 e 171). Noutras palavras, para alguém aparecer a si próprio como um *self*, um *self* tem que estar constituído e um *self* é feito de partes subpessoais, explorando os acessos entre estas. Voltando a fazer entrar em cena a opinião de McDowell: não é que este tipo de abordagem seja em si mesma objectável; na verdade, qualquer

competência seria bastante misteriosa se não existisse um mecanismo interessantemente estruturado no interior (dos agentes), controlando o comportamento destes de forma a responder aos impactos do ambiente. Nós não conseguiríamos fazer sentido [da tese de que os animais lidam com o mundo] se não encontrássemos nada dentro deles a não ser, digamos, uma geleia completamente homogênea (McDOWELL, 1998, p. 351, tradução nossa).

Sigamos por isso Dennett quando ele se propõe construir um eu plenamente desenvolvido (*a full-fledged 'I'*) a partir de partes subpessoais de um agente, explorando a noção de acesso (DENNETT, 1978b, p. 171). Há três tipos de acesso envolvidos na construção de um eu plenamente desenvolvido, segundo o modelo de *Brainstorms*: dois tipos de acesso subpessoal e um tipo de acesso pessoal. Quanto a este último, como diz Dennett, aquilo de que eu estou consciente (*that of which I am aware*) é aquilo de que *eu* estou consciente (*that of which I am aware*). O eu, o *self*, é decisivo para apercebimento de tipo humano em âmbito pessoal: aqui o sujeito é a pessoa, e não partes da pessoa. O resto diz respeito a acessos subpessoais: acesso computacional, i.e. acesso entre partes subpessoais processadoras de informação no agente, e acesso público, i.e. acesso para publicitação linguística no sistema e para o sistema, aquilo que está disponível para ser reportado. Isso é também subpessoal – nos termos do modelo de *Brainstorms*, este é o Componente Relações Públicas, que toma como *input* ordens para desempenhar atos de fala e executa estas “ordens”.¹¹ Ora, o sujeito deste acesso subpessoal “público” não é, Dennett di-lo claramente, o eu. Na verdade a coisa importante a sublinhar aqui é que não há um sujeito a este nível: o papel subpessoal da linguagem é essencial

¹¹ DENNETT, 1978b, p. 156. Este Componente Relações Públicas aparece no modelo de descrição da arquitectura de um agente a par com os Componentes Percepção, Memória, Controle e Resolução de Problemas.

para possibilitar um sujeito, uma pessoa, em nível pessoal. Uma consequência imediata disso é que nós não temos acesso aos portadores de conteúdo em âmbito subpessoal. Esta é a primeira coisa que McDowell louva em Dennett: é fenomenologicamente preciso por parte de Dennett, diz McDowell, negar que nós tenhamos acesso direto a portadores de conteúdo (McDOWELL, 1998, p. 341); ele está absolutamente certo em pensar que qualquer que seja a seleção de portadores subpessoais de conteúdo da qual venhamos a estar conscientes, isso não é algo que possamos introspectivamente saber, mas antes um assunto para a teoria da cognição. Mas Dennett está também a afirmar que *nós* chegamos apenas mais tarde: quando nós nos apercebemos conscientemente de alguma coisa, a organização subpessoal para a linguagem, a organização Relações Públicas, tem que ter já tornado esse conteúdo publicamente disponível. “Público” significa aqui portanto para a pessoa, para o *self* ao nível pessoal, e para isso o Componente Relações Públicas do modelo é essencial. A consciência pode então ser, nos termos do modelo de *Brainstorms*, acesso pessoal (apercebimento-1 na terminologia de *Content and consciousness*).

Permanece o problema de saber o que constitui disponibilidade pública, descrita aqui como alguma forma de comunicação das partes internas subpessoais do agente a um centro, o agente globalmente considerado, o agente para si próprio. A questão é: comunicar (exatamente) o que a (exatamente) quem?¹² Muito do que Dennett tem aqui a dizer acerca do *self* tem a ver com o que se passa no interior do agente, ao nível subpessoal, para que um centro venha a estar lá. Obviamente não há aí ninguém, no sentido próprio. Então como posso eu ser real, se é a linguagem que de algum modo torna possível o *self* que eu penso que sou (quando eu me concebo a mim mesmo como uma entidade que se concebe a si mesma como uma entidade de um ponto de vista global sobre si mesma, ao nível pessoal)?¹³ *Who am I or what?*, como

¹² No contexto *Linguagem e cognição*, Dennett olha para o papel da linguagem na mente em grande medida de um ponto de vista cognitivo, de arquitetura; no entanto, a questão acerca do aparecimento da linguagem em mentes humanas é uma questão acerca de evolução que ele não evita de todo colocar. A sua posição é resumida por uma ideia de Nietzsche, avançada num contexto totalmente diferente (não tanto considerando agentes e cognição, mas de um ponto de vista histórico e cultural sobre os humanos). A ideia é que a consciência evoluiu debaixo da pressão da necessidade de comunicar. De outra forma, como Nietzsche afirma na *Gaia Ciência* (1882), os humanos podem pensar e agir sem qualquer consciência. Isso converge sem problemas com a ideia defendida do ponto de vista da arquitetura cognitiva, segundo a qual se não há linguagem, não há consciência.

¹³ DENNETT, 1991, Ch. 13, The reality of selves.

perguntava David Hume. Eu sou um agente capaz de se referir a si próprio, um sistema intencional que é um utilizador de linguagem, e que está em comunicação com outros sistemas intencionais (essa sendo a forma social, intersubjetiva, característica da forma de existir das mentes humanas), e que é capaz de entrar na dimensão narrativa da identidade pessoal.¹⁴ Este é um *self* que envolve linguagem, que não deve ser identificado com um *self* biológico, presente em muitos agentes além dos humanos. Apenas quando este *self* envolvendo linguagem está lá pode existir consciência no sentido próprio. Esta é uma razão muito importante para a linguagem ter um papel fundamental no caso de Dennett contra o Teatro Cartesiano: não existe tal *self* sem linguagem e não pode haver centro sem tal *self*. A teoria da consciência de Dennett foi criticada por N. Block¹⁵ por ser acerca de muitas coisas (acessos cognitivos, *self*, linguagem), deixando de fora a consciência *real* (com consciência real Block quer dizer sensiência, consciência fenomenal). Block está certamente a ver bem alguma coisa: para Dennett é essencial que uma teoria da consciência no sentido próprio seja uma teoria do *self*, e uma teoria de um *self* especificamente humano envolve a linguagem. É por isso que, segundo Dennett, nós não temos o direito de falar de consciência propriamente dita nos casos que Block tem em mente (nomeadamente casos de consciência fenomenal que não é cognitivamente acessível).

Dentro ou fora dos agentes? O problema dos juízos internos

Assim, segundo Dennett, e nos termos de “Linguagem e cognição”, a linguagem no cérebro dá origem àquilo a que ele chama um milagre político interno, i.e. propicia um comandante dos agentes, as mentes sendo, de um ponto de vista cognitivo, um feixe de agentes especializados, muito ocupados a lidar com os seus assuntos “particulares”, produzindo esboços múltiplos, i.e. fixações subpessoais de conteúdo, e não “querendo saber” dos outros agentes (a visão do mental apresentada em *The society of mind*, por Marvin Minsky,

¹⁴ Dennett afirma que a existência de vários *selves* não é mais bizarra do que a existência de “um *self* por pessoa”: na verdade, nem sequer a mais unificada pessoa é completamente unificada. De qualquer forma, segundo o Modelo dos Esboços Múltiplos, o *self* a quem é atribuída a autoria de uma vida mental é uma representação de unidade resultando de uma vitória numa competição (os esboços múltiplos), e não algo de prévio a tal competição.

¹⁵ BLOCK, 1994, What is Dennett’s theory a theory of ?

é uma inspiração do Modelo dos Esboços Múltiplos claramente reconhecida por Dennett). Quando Dennett afirma que a linguagem dá origem a um milagre político interno, ele está evidentemente a pensar na linguagem natural, já que, como se sabe, um dos seus principais objectivos como filósofo é afastar a hipótese fodoriana de uma Linguagem do Pensamento. As razões que ele dá para isso são relevantes para o que está aqui em causa: por exemplo, em *Brain writing and mind reading* (DENNETT, 1978a) ele diz claramente que não se pode aceitar qualquer linguagem “mais profunda” do que aquela que usamos cá fora: qualquer pretensão em contrário envolveria regressão infinita. O “mentalês” (*mentalese*) é

uma resposta sem esperança. É sem esperança não porque não pudesse existir um tal sistema a ser encontrado nos funcionamentos dos cérebros das pessoas. Na verdade poderia perfeitamente ser encontrado [...], é sem esperança para a questão que foi colocada, porque meramente adia a questão. Suponhamos que existe uma linguagem do pensamento. Como é que nós sabemos o que significam as frases em linguagem do pensamento? Este problema fica ainda mais em foco se compararmos a linguagem do pensamento com o seu ancestral e principal rival, a teoria das ideias como imagens (*the picture theory of ideas*). Os nossos pensamentos são como imagens, dir-se-ia aqui; eles são acerca daquilo que são porque, tal como imagens, se assemelham aos seus objectos (DENNETT, 1996, p. 52).

Mas como se poderá dizer tal? Quem está lá para dizer? Ninguém, e esse é precisamente o ponto de Dennett.

Bom, mas se não existe linguagem no interior, Dennett começa a arranjar complicações para si quando fala dos esboços múltiplos em nível subpessoal como “fixações de conteúdo”. Em *Consciousness explained* ele vai mesmo ao ponto de dizer que fixações de conteúdo são como se fossem juízos (para si próprio) de um Intencionador Central (*Central Meaner*), se tal Intencionador Central existisse: são qualquer coisa como “atos de fala subpessoais”. É claro que isso é admitidamente metafórico:¹⁶ os atos de fala não são atos de fala de ninguém simplesmente porque não há aí, no interior do

¹⁶ “Suppose there were a Central Meaner. But suppose that instead of sitting in a Cartesian Theater watching the presentation, the Central Meaner sits in the dark and has presentiments – it just suddenly occurs to him that there is something pink out there...” (DENNETT, 1991, p. 365).

cérebro, ninguém. No entanto Dennett atém-se à ideia de atos de fala porque pensa que estes “juízos” têm um conteúdo determinado e informam com esse conteúdo vários processos de nível subpessoal.¹⁷

O uso da ideia de eventos que são como atos de fala em nível subpessoal leva-nos de volta à relação do *self* com a linguagem no contexto do modelo da consciência. *Qui parle* ao nível subpessoal? Quem fala? Dennett trata da questão de forma sóbria, em *Consciousness explained*, por meio de um bem conhecido modelo de produção da fala, em linguística, o modelo do linguista holandês W. Levelt.¹⁸ Controle e decisão no comportamento (linguístico) parecem, de um ponto de vista global externo, caracterizar o agente humano: um agente cognitivo como cada um de nós sabe o que quer dizer quando diz o que quer dizer, e no entanto não há aí Intencionador Central. Para explicar como é que isto pode ser assim, W. Levelt introduz no seu modelo um Conceptualizador. O Conceptualizador (uma “reificação temporária”) decide pela produção de um ato de fala e envia uma ordem à burocracia sob o seu controle, incluindo o Formulador e o Articulador. Palavras são escolhidas e o ato de fala é levado a cabo. Ora, a alternativa de Dennett à “reificação temporária” de Levelt é o que ele chama um “modelo do pandemônio”, i.e. o Modelo dos Esboços Múltiplos, e o ponto do modelo do pandemônio é substituir o Componente-Controle (que é ainda parte do modelo de *Brainstorms* e que é requerido por um Conceptualizador), por agentes especializados não inteligentes. Uma história contada no início de *Consciousness explained* (“o jogo de sociedade chamado psicanálise”) ilustra este ponto, de novo metaforicamente. A estranha ideia com a qual temos que nos conformar é a de que não existe autor algum e, no entanto, existe uma história (DENNETT, 1991, p. 10-16). Noutras palavras, mesmo não existindo Conceptualizador ao nível subpessoal, existe “conceptualização” ao nível pessoal. Há conteúdos da vida mental de uma pessoa, ao nível pessoal. Quanto ao jogo, o seu propósito é reconstituir um sonho que supostamente teve lugar. É dito a um jogador, quando ele deixa o quarto, que alguém contou aos restantes jogadores uma história sonhada, e que por isso que ele deve fazer perguntas acerca do sonho. As respostas sim/não que recebe são dadas à sorte, mas ele reconstitui a partir delas o sonho, um sonho que não existiu. “Jogador”, “perguntas” e “juízes” são, no Modelos dos Esboços Múltiplos, os processos subpessoais que

¹⁷ DENNETT, 1991, p. 365.

¹⁸ DENNETT, 1991, p. 232-242, para análises de LEVELT, 1989 (mais exatamente do seu livro *Speaking*).

resultam em fixações de conteúdo. É isso que substitui o Conceptualizador de Levelt:¹⁹ não há Intencionador Central, não há Conceptualizador; no entanto, graças à fixação de conteúdos e à seleção parece (parece-me a mim, o agente global, ao nível pessoal) que existem ambos (como se eu fosse precisamente isso eu próprio: um Intencionador Central e um Conceptualizador). Uma vez tendo abdicado da linha do apercebimento postulada em *Content and consciousness*, Dennett precisava dar conta desses processos aparentemente centrais envolvendo controle. É isso que o Modelo dos Esboços Múltiplos faz, e aquilo que é proposto aplica-se à ação intencional em geral, e não apenas à produção de fala (DENNETT, 1991, p. 252).

Penso que o ficou exposto até aqui nos permite ter uma ideia daquilo de que se trata na tarefa “Linguagem e cognição”. Noutras palavras (nos termos de McDowell), ficamos a conhecer as linhas da descrição dennettiana das nossas mentes em termos causais possibilitadores (*Dennett's causal-enabling account of mindedness*, como lhe chama McDowell), descrição essa que diz respeito ao nível subpessoal de agentes. O quadro com que nos deparamos é o seguinte: não existe linha do apercebimento, não existe Componente-Controlle, existem apenas fixações de conteúdo paralelas e subpessoais e o papel de Relações Públicas da linguagem ao nível subpessoal dando conta da disponibilidade pública. Explica-se a constituição de um *self* por esses mesmos meios, sendo que essa constituição de um *self* permitirá a apresentação do agente cognitivo a si mesmo. É isto que está por trás da forma como Dennett vê as nossas transações com conteúdos ao nível pessoal, como os casos do início deste artigo, em que alguém vê o papel de parede coberto de Marilyns ou o anel rosa neon.

Estamos portanto de volta aos exemplos iniciais de percepção visual. O princípio básico de Dennett quanto ao conteúdo ao nível pessoal é o seguinte: não existe o fenómeno tal que seja alguma coisa realmente parecer de uma certa maneira (*really seeming*) que seja distinta do fenómeno de julgar que alguma coisa é de uma certa maneira (DENNETT, 1991, p. 364). O juízo é portanto a chave: a tese de Dennett é que a

¹⁹ Fenómenos de dissociação no que parecem ser intenções de levar a cabo actos de fala são vistos como apoiando isto mesmo: as experiências de Anthony Marcel com pacientes com visão cega a quem foi dada a instrução de cumprir um acto de fala (dizer quando a luz se acende) por meio de três acções diferentes (dizer que sim, carregar num botão, piscar os olhos afirmativamente) mostram que as acções frequentemente não vão no mesmo sentido. Cf. também condições neuropsicológicas tais como a afasia do jargão e o síndrome de Korsakoff (DENNETT, 1991, p. 248-249).

fenomenologia é feita de juízos, não há mais nada na fenomenologia a não ser juízos (DENNETT, 1991, p. 366). Isso significa por um lado que é impossível para o próprio sujeito decidir, no que respeita à sua consciência, entre aparência e realidade: tudo o que o sujeito pode fazer é saber como é que as coisas lhe parecem. Dennett chama a isso “verificacionismo de primeira pessoa” – Dokic e Pacherie (2007) falam de um compromisso doxológico e criticam-no por isso.²⁰ Por outro lado, se é assim que estamos perante os conteúdos da nossa vida mental, não há qualquer espaço conceptual para uma suposta experiência fenomenal. A suposta consciência fenomenal seria consciência que não é reflexiva, e chamar-lhe consciência traduziria, para Dennett, um indefensável cartesianismo, i.e. um centralismo, uma ilegítima suposição de um *self*, de um centro ao nível subpessoal, alguma coisa outra que as múltiplas fixações de conteúdo e os funcionamentos subpessoais descritos anteriormente e que propiciam, eles sim, um *self*, mas ao nível pessoal.²¹ Nada justifica postular tal centro subpessoal: um *self* é necessário para haver consciência propriamente dita e um *self* só pode existir nas condições descritas, e que envolvem linguagem. Um *self* só está lá para agentes cognitivos como nós ao nível pessoal.

Olhemos de novo finalmente para o nível pessoal, i.e. para a forma como as coisas me parecem a mim e para os nosso dois exemplos iniciais de ver. Por que é que McDowell, mesmo se elogia a forma como Dennett sublinha a diferença entre o conteúdo ao nível pessoal e os portadores subpessoais de conteúdo como um exercício de fenomenologia, não pode aceitar o resto da proposta?

O que se passa é basicamente o seguinte: McDowell pensa que Dennett, ao conceber o ver como um acreditar, um juízo, deixa escapar o caráter presente (*presentness*) e particular (*particularity*) da experiência perceptiva, estas sendo, segundo McDowell, componentes absolutamente essenciais e distintivas da forma de abertura à realidade que nos é proporcionada pela experiência perceptiva. Isso é assim de uma perspectiva “constitutiva” sobre as nossas mentes, sendo esta perspectiva constitutiva aquela que McDowell contrasta com a perspectiva causal (*causal-enabling*), perspectiva causal esta que é o território da ciência cognitiva e também o território de Dennett. Isto

²⁰ Dokic e Pacherie (2007) estão interessados em fenômenos como a visão cega, que, na sua opinião, deveriam fazer-nos admitir a diferença entre aparência e realidade na consciência. Que exista tal diferença é, obviamente, aquilo que Dennett nega.

²¹ Opor-se a tal centralismo cartesiano é de fato o que está no âmago das lutas de Dennett contra os *qualia*.

se torna muito claro na forma como Dennett fala das experiências perceptivas como “presentimentos” (*presentiments*).

Consideremos o caso da percepção visual do papel de parede coberto de Marilyn²² (também poderíamos pensar em exemplos tais como “estou a mexer o meu braço”²³ ou “estou a ver a luz a mover-se”, o caso de movimento aparente que é tão importante em *Consciousness explained*).²⁴ Em todos esses casos se trata de exemplos de transações pessoais com conteúdo. De acordo com o que foi dito, o conteúdo com o qual nós, pessoas, agentes globais, temos transações conscientes é uma seleção das fixações de conteúdo (esboços múltiplos) ao nível subpessoal, a linguagem (subpessoal) sendo o fator determinante na seleção. Estruturas subpessoais não são acessíveis por mim (o eu, o *self*). Aquilo que eu apercebo ao nível pessoal apercebo-o por causa da organização “Relações Públicas”. Em partes subpessoais, fixações de conteúdo acontecem; estas partes podem mesmo “falar” umas com as outras,²⁵ mas não comigo. Só quando (e se) eu sou “informado” é que eu serei consciente de alguma coisa. Ora, na forma de Dennett ver a experiência perceptiva, na experiência perceptiva eu sou “informado” (pela maquinaria interna de processamento de informação) que as coisas são de uma determinada maneira. É a esta forma de ver as coisas que McDowell chama “concepção da percepção como pressentimento”.²⁶ Mas quem é que me diz o que quer que seja? Quem me informa? A maquinaria de processamento interno de informação – a etiologia do pressentimento – não é diretamente conhecida por mim. E será mesmo que os mecanismos internos de processamento de informação podem falar comigo? Não será isso uma subversão da concepção do próprio Dennett da diferença e da relação entre níveis subpessoal e pessoal?²⁷

Muitas coisas estão erradas com a ideia segundo a qual experimentar é ser informado pelos mecanismos internos de processamento de informação. Em primeiro lugar, Dennett está a confundir a questão causal e

²² Como exposto em Dennett (1991, p. 354).

²³ Cf. a abordagem de Dennett do apercebimento de intenções e a sua interpretação dos casos de Libet.

²⁴ DENNETT, 1991, p. 114.

²⁵ Acessos computacionais subpessoais são a forma de colocar as coisas, obviamente.

²⁶ O próprio Dennett usa o termo (DENNETT, 1991).

²⁷ No artigo de McDowell (1998) este ponto é explorado através de uma comparação entre a vida e o mundo da rã e a vida e o mundo de uma pessoa. Em ambos os casos deve ser considerada a distinção entre subpessoal e pessoal (ou “pessoal”, no caso da rã).

cognitiva (*causal-enabling*) acerca das nossas mentes com a questão constitutiva. Além disso, ele está a passar por cima da sua própria distinção, extremamente útil, entre “máquinas sintáticas” e “máquinas semânticas”. De acordo com essa distinção, apenas animais (globais) são máquinas semânticas; as partes destes são máquinas sintáticas: não pensantes, não produtoras de juízos, não inteligentes. Apenas se pode dizer alguma coisa ao animal (ou à pessoa): é para os animais, humanos incluídos, que o mundo é significativo, não para as suas partes. Claro que a teoria cognitiva progride atribuindo conteúdo a partes subpessoais da máquina: a importância prática do conteúdo como-se reside, como McDowell reconhece, no fato de que

ninguém sabe como fazer sentido de um mecanismo de controlo de um animal e ligá-lo conceptualmente com a competência que é suposto ele explicar excepto descrevendo-o como se ele fosse aquilo que sabemos que não é de facto, uma máquina semântica, interpretando inputs como sinais de factos ambientais e, como output, dirigindo o comportamento para ser adaptado a esses factos à luz das necessidades e fins dos animal (McDOWELL, 1998, p. 351).

Ainda assim, não podemos enganar a nós mesmos confundindo este conteúdo *como-se* com verdadeiro conteúdo: apenas máquinas semânticas lidam com conteúdo. A questão para McDowell é saber o que permite aos animais serem as máquinas semânticas que são; a resposta não poderá ser que eles são informados pela maquinaria cognitiva interna.

Voltemos a um dos casos iniciais. Eu vejo a parede coberta de Marilyn. Para Dennett, ver a parede coberta de Marilyn vem de dentro do agente, isto é, deve-se a fixações de conteúdo ao nível subpessoal. De acordo com McDowell aquilo de que eu, o agente ao nível global, o animal, a pessoa, estou consciente não é aquilo que a minha maquinaria cognitiva me diz. Se alguma coisa é dita a um animal ela é-lhe dita pelo ambiente, não pela sua maquinaria interna (pense-se no juízo *That cat is asleep*. O que pode a maquinaria interna dizer-me? Nada acerca de etiologia, de qualquer forma, e de resto o pensamento não tem que ser levado até ao objeto por nenhuma hipótese: o objeto está diretamente lá para o pensador).²⁸

²⁸ McDOWELL, 1998, p. 343.

Na verdade, dados os princípios da Teoria dos Sistemas Intencionais (a parte mais fundamental da teoria dennettiana da mente) e dada a sua pedra de toque – o exterior de agentes, o comportamento globalmente considerado destes como aquilo que abre lugar à mente e à racionalidade na natureza –, Dennett deveria estar do lado de McDowell. Mas a história causal-cognitiva, acrescida da confusão do sentido causal cognitivo de consciência com o sentido constitutivo, volta a sua atenção para o interior de agentes. E ele dá assim por si defendendo que mesmo ver qualquer coisa que está mesmo à minha frente, tal como a parede coberta de Marilyn, é estar inclinado a acreditar alguma coisa (tal como o próprio Dennett diz em *Consciousness explained*: “Ver é acreditar” (DENNETT, 1991 p. 362). É assim que Dennett acaba a conceber a experiência perceptiva como sendo juízos, e como tal “menos do que encontro com objetos”. Mas essa forma de conceber a experiência perceptiva fá-lo reencontrar exatamente o mesmo problema da teoria das ideias como imagens, que ele próprio critica e associa com a linguagem de pensamento fodoriana: quem está aí a ver, ou a pensar?

Conclusão

Procurei neste artigo argumentar que o caso anticartesiano de Dennett em filosofia da mente não se reflete na sua concepção de experiência perceptiva. Sugeri que uma razão importante para isto é a dupla abordagem da linguagem, do apercebimento e dos agentes, a que chamei por um lado “Linguagem e Cognição” e por outro “Lugar da Mente na Natureza”. Esta dupla abordagem conduz Dennett a teses que são insustentáveis em conjunto. Nos modelos da consciência a linguagem aparece quer ao nível subpessoal quer ao nível pessoal. Poder-se-ia defender – é o que penso – que Dennett deveria restringir a forma como fala de “linguagem propriamente dita” e do seu papel no apercebimento de agentes ao nível pessoal, o nível das máquinas semânticas, que é também o nível da consciência propriamente dita. No entanto, a verdade é que ele não poderia manter a ideia de fixações de conteúdo subpessoais que está no próprio núcleo do Modelo dos Esboços Múltiplos sem de alguma forma forçar o papel e a presença da linguagem “no sentido próprio” até ao nível subpessoal.

O resultado global é uma concepção da percepção muito inesperada para a finalidade anticartesiana global da filosofia de Dennett. A alternativa estava em princípio mesmo à mão, dada a abordagem dos Sistemas

Intencionais, de acordo com a qual o interior da natureza, o interior mental (*mindedness*) que ambos, Dennett e McDowell, procuram, não está nunca dentro dos agentes: o nível ao qual podemos falar não metaforicamente de inteligência e de mente é o nível do agente global, no caso dos humanos, a pessoa. O próprio Dennett, tanto quanto se atém às suas teses acerca do “Lugar da Mente na Natureza”, defende que cérebros não pensam, apenas pessoas pensam. Na verdade é exatamente isso que ele está a assumir quando propõe que o acesso por um agente ao seu próprio interior não pensante, não produtor de juízos, não consciente, não pode ser aquilo que constitui o conteúdo. No entanto, a verdade é que ele dá um passo atrás com a forma como vê os pareceres (*seemings*) como juízos (*judgings*), determinados por fixações subpessoais de conteúdo. Foi isso, pelo menos, que procurei aqui mostrar.

Referências

- BLOCK, N. What is Dennett’s theory a theory of? **Philosophical Topics**, v. 22, n. 1/2, p. 23-40, 1994.
- BLOCK, N. On a confusion about the function of consciousness. In: BLOCK, N.; FLANAGAN, O.; GUZELDERE, G. **The nature of consciousness**. Cambridge, MA: MIT Press, 1998. p. 375-415.
- DENNETT, D. **Content and consciousness**. London: Routledge and Kegan Paul, 1969.
- _____. **Brain writing and mind reading in brainstorms**. Cambridge, MA: MIT Press, 1978a.
- _____. **Towards a cognitive theory of consciousness, in brainstorms**. Cambridge, MA: MIT Press, 1978b.
- _____. **The intentional stance**. Cambridge, MA: MIT Press, 1987.
- _____. **Consciousness explained**. Boston: Little Brown, 1991.
- _____. **Kinds of minds**. New York: Basic Books, 1996.
- _____. **Animal consciousness, in brainchildren**. London: Penguin, 1998.
- DOKIC, J.; PACHERIE, E. Too much ado about belief. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, v. 6, n. 1/2, p. 185-200, 2007.

McDOWELL, J. The content of perceptual experience. In: McDOWELL, J. **Mind, value and reality**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998. p. 341-358.

RUDDER BAKER, L. Content meets consciousness. **Philosophical Topics**, v. 22, n. 1/2, p. 1-22, 1994.

Recebido: 30/12/2009

Received: 12/30/2009

Aprovado: 10/03/2010

Approved: 03/10/2010